



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO - CAU/ES

ATA DA 22ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE OUTUBRO DE DOIS MIL E CATORZE.

- 1 **Início**: 19h05min.....
- 2 **Término**: 22h.....
- 3 **Local**: Auditório da Sede do CAU/ES, Rua Hélio Marconi, 58, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP:
- 4 29050-690.....
- 5 **Presenças**: Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro** (Presidente em exercício).
- 6 **Conselheiros Estaduais**: Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**, Arq. e Urb. **André Luiz de**
- 7 **Souza**, Arq. e Urb. **Eduardo Pasquinelli Rocio**, Arq. e Urb. **Eduardo Simões Barbosa** e
- 8 Arq. e Urb. **Leandro Camatta de Assis**. **Convidados**: Arq. e Urb. **André Tomoyuki Abe**
- 9 (conselheiro federal suplente). **Assessoria ao Plenário**: Arq. e Urb. **Patricia Cordeiro**.
- 10 **Secretaria**: **Márcia Martins Angeli**. **Funcionários**: **Fernanda Furtado Samensato** e
- 11 **Wiviane Lombardi Broco**.....
- 12 **ITEM I - Abertura dos trabalhos pelo Presidente em exercício e aprovação da pauta** -
- 13 Não sendo possível o comparecimento do presidente **Tito Carvalho**, o presidente em
- 14 exercício **José Carlos Neves Loureiro** confirmou o quórum e abriu a vigésima segunda
- 15 sessão plenária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo, convidando a
- 16 todos a ficarem de pé para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Agradeceu a presença de
- 17 todos, deu os pêsames ao conselheiro André Luiz de Souza pelo falecimento de sua mãe. Em
- 18 seguida, fez a leitura da pauta, dando aos conselheiros que desejassem a oportunidade de
- 19 sugestão de modificação. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** solicitou que
- 20 acrescentasse na pauta sobre o Grupo de Trabalho do IOPEs. Após acréscimo, o presidente
- 21 em exercício **José Carlos Neves Loureiro** submeteu a pauta à votação e aprovação, sendo
- 22 aprovada por unanimidade **ITEM II - 2ª Reprogramação Orçamentária 2014** - O presidente
- 23 em exercício **José Carlos Neves Loureiro** explicou novamente aos conselheiros presentes
- 24 como funciona a programação e a reprogramação da peça orçamentária e informou que a 2ª
- 25 reprogramação orçamentária 2014 já foi aprovada pela Comissão de Planejamento, Finanças
- 26 e Atos Normativos - CPFA. Relatou que as previsões de arrecadação são apresentadas pelo
- 27 CAU/BR e realizada com base nos dados da execução atual e projeções de crescimento e
- 28 que este valor vem se concretizando nos dois anos anteriores (2012 e 2013). Informou
- 29 também do ajuste que teve que ser realizado no orçamento (aumento de receita) para que o
- 30 nosso orçamento ficasse dentro do limite de 55% estabelecido nas diretrizes da

31 reprogramação, cujo documento fora aprovado em plenário no CAU/BR. O mesmo manifestou
32 a sua insatisfação com relação a este limitador de 55% para gastos com pessoal, haja vista
33 que o Conselho é um órgão prestador de serviços e ratifica que a lei de responsabilidade fiscal
34 não se aplica a autarquias, que é o nosso caso. Informou os valores previstos para
35 arrecadação e desembolso, tais como seguem: Apuração de receitas - Anuidades Pessoa
36 Física – R\$486.942,00, Anuidades Pessoa Jurídica – R\$42.176,00, Taxas e multas -
37 R\$25.676,00 e RRT – R\$ 787.351,00, considerando o rendimento proveniente das aplicações
38 financeiras, outras receitas, totalizando o valor de R\$ 1.709.145,00. Explica o que é receita
39 de capital e como ela se aplica, totalizando uma peça orçamentária de R\$ 2.509.145,00.
40 Apuração das despesas, dívidas em projetos: R\$ 948.545,00, atividades: 1.428.082,00, aporte
41 ao fundo de apoio (CAU Básico): R\$ 52.203,00 e CSC – Centro de Serviços Compartilhados:
42 R\$ 80.315,00, totalizando R\$ 2.509.145,00. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** questiona se
43 a reprogramação está contemplando algum auxílio de entidades, tais como institutos e
44 sindicatos. O presidente em exercício **José Carlos Neves Loureiro** informou que como não
45 foi proposto por nenhuma comissão, não contempla, mas que isso poderá ser proposto e
46 analisado em situações futuras. O mesmo questionou a aplicação dos R\$ 80.315,00 e o
47 presidente em exercício **José Carlos Neves Loureiro** informou que este recurso é destinado
48 ao Centro de Serviços Compartilhados. O Conselheiro **Eduardo Pasquinelli** questionou se
49 existia alguma pendência de repasse por parte do Conselho Regional de Engenharia e
50 Agronomia - CREA ao CAU/ES. O presidente em exercício **José Carlos Neves Loureiro**,
51 informou que formalmente não foi feito nenhum questionamento ao CREA e que
52 informalmente foi questionado ao CAU/BR sobre os repasses, pois existem dúvidas quanto
53 aos mesmos. A gerente geral do CAU/ES **Patricia Cordeiro** relatou sobre a ação de
54 fiscalização realizada para tratativa dos profissionais com inadimplência nas anuidades de
55 2012 e 2013, a mesma relatou que surgiram profissionais alegando que pagaram a anuidade
56 de 2012 ao CREA. O conselheiro **André Luiz de Souza** questionou se uma auditoria pode
57 ser realizada a qualquer momento, ou tem prazo. O presidente em exercício **José Carlos**
58 **Neves Loureiro** informou que não sabe exatamente, mas que os prazos mínimos para
59 prescrição são de cinco anos e explicou como ficou o repasse do CREA para com o CAU e
60 informou que ficou pendente de repasse um valor aproximado em torno de R\$ 495.000,00 e
61 relatou que oficialmente o CREA repassou ao CAU/BR o que deveria ter repassado. Após
62 considerações o presidente em exercício José Carlos Neves Loureiro submeteu a segunda
63 aprovação reprogramação orçamentária de 2014 a votação e aprovação, sendo aprovada por
64 unanimidade. **ITEM III - Deliberação nº02/2014 – Sobre a obrigatoriedade de procuração**
65 **para representante de pessoa física e pessoa jurídica registrados no CAU/ES** – O
66 presidente em exercício **José Carlos Neves Loureiro** relatou sobre a necessidade de uma
67 procuração com firma reconhecida para que terceiros tenham acesso a informações dos

68 profissionais e das empresas cadastradas no CAU/ES, com isso o Conselho fica resguardado
69 sobre informações repassadas a terceiros, por solicitação do profissional ou empresa. O
70 mesmo informou que já existiram problemas desta natureza e por este motivo está sendo
71 submetido para aprovação do plenário a aprovação desta deliberação. A deliberação foi
72 aprovada por unanimidade. **ITEM IV - Portaria nº 32/2014 – Sobre as restituições de**
73 **valores pagos em duplicidade ou indevidamente** - O presidente em exercício **José Carlos**
74 **Neves Loureiro** explicou ao plenário que a portaria n.º 32/2014 disciplina os procedimentos
75 para análise e liberação das solicitações de ressarcimento de valores pagos em moeda
76 nacional ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo de forma equivocada ou
77 quando paga mais de uma vez o mesmo boleto. O mesmo informou ainda que existiam
78 algumas dúvidas por parte da Comissão de Planejamento, Finanças e Atos Normativos –
79 CPFA-CAU/ES quanto ao bom funcionamento desta portaria que já está em funcionamento
80 no CAU de Santa Catarina. A coordenadora administrativa e financeira **Wiviane Lombardi**
81 **Broco**, contatou o CAU/SC e foi informada de que o documento funciona de forma correta,
82 não havendo nenhuma pendência de repasse ou devolução por parte do CAU/BR. O
83 presidente em exercício **José Carlos Neves Loureiro** também relatou que deverá ser
84 descontado do valor a ser restituído ao profissional ou empresa que proceder com a
85 solicitação de ressarcimento o valor proveniente a taxa bancária, não sendo de
86 responsabilidade do CAU/ES do pagamento de forma equivocada. O Conselheiro **André Luiz**
87 questionou sobre a situação dos CAU/UF, se os mesmos são superavitários ou deficitários. O
88 presidente em exercício **José Carlos Neves Loureiro** explicou que a criação dos “CAU
89 Básicos” foi uma decisão estratégica e que mesmo contra sua vontade isso foi decidido e
90 definido. Relatou que durante uma reunião da Comissão de Finanças realizada em Curitiba
91 instituiu-se o Fundo de Apoio a estes regionais que possuem poucos profissionais e/ou
92 empresas cadastrados, informa ainda que os valores das contribuições variam conforme a
93 arrecadação de cada estado. Informou da nossa dificuldade de gestão dos recursos por não
94 sermos classificados como “básicos” apesar da nossa arrecadação ficar bem próxima de
95 alguns estados que são “básicos” e recebem recursos do fundo de apoio. A conselheira **Ana**
96 **Paula Rabello Lyra** questionou se o residual do capital proveniente de exercícios anteriores
97 pode ser utilizado para a aquisição de bens. O presidente em exercício **Jose Carlos Neves**
98 **Loureiro** informou que sim e que a intenção futura é de utilizarmos os valores disponíveis
99 como receita de capital para aquisição da nossa sede que hoje é alugada. O mesmo pergunta
100 a coordenadora administrativa e financeira, **Wiviane Broco** o valor do aluguel que hoje é
101 pago, onde foi informado que é a importância de R\$ 7.500,00/mês. O Conselheiro **André Abe**
102 perguntou se em caso de compra o inquilino tem preferência de compra. O presidente em
103 exercício **Jose Carlos Neves Loureiro** informou que não sabe ao certo, mas que
104 informalmente já fez este questionamento ao proprietário e ele demonstrou interesse. O

105 presidente em exercício submeteu a portaria n.º 320 mesmo colocou a portaria nº32/2014 a
106 votação e aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **ITEM V - Informes sobre a eleição**
107 **do CAU/ES 2014** - O presidente em exercício **Jose Carlos Neves Loureiro** informou ao
108 plenário que ele passará as informações acerca do processo eleitoral do CAU/ES, devido a
109 impossibilidade da presença da Coordenadora da Comissão Eleitoral a Arq. Urb. Giovana
110 Biancucci Apolinário. Relatou que não tem nenhuma novidade e que a Comissão está
111 seguindo os ritos necessários. Informou ainda que foi inscrita apenas uma chapa e que não
112 houve impugnação, a documentação estava correta e as publicações necessárias foram
113 feitas. O presidente em exercício **Jose Carlos Neves Loureiro** relatou da dificuldade que
114 tivemos para realizar a nossa inscrição com o número reduzido de conselheiros e imaginou
115 as dificuldades dos CAU/UF tais como São Paulo e Minas Gerais que tem um número
116 significativo de conselheiros e da dificuldade de reunir todos. **ITEM VI - Outros assuntos** - O
117 presidente em exercício **Jose Carlos Neves Loureiro** relatou sua insatisfação sobre a
118 colocação de uma palestrante no final de um evento realizado pelo IAB/ES nas dependências
119 da Casa do Arquiteto, onde a mesma faz uma alerta ao IAB acerca de determinado assunto
120 e diz que isso é uma coisa muito séria ... E que várias vezes já relatou isso ao CAU e ninguém
121 deu a menor atenção. O mesmo relatou que todos os questionamentos e reclamações
122 referentes a este Conselho devem ser formais e por escrito para que se torne um documento,
123 e que reclamações paralelas não tem fundamentos e que esta era uma postura inadmissível
124 dentro do nosso espaço, solicitou ao conselheiro Eduardo Pasquinelli, presidente do Instituto
125 dos Arquitetos do Brasil, Departamento do Espírito Santo – IAB/ES que contate a pessoa para
126 que a mesma faça sua reclamação por escrito. O presidente em exercício **Jose Carlos Neves**
127 **Loureiro** relatou ao plenário que o CAU/ES são todos os conselheiros e não uma instituição
128 isolada e pediu a atenção de todos para que casos como este não se repitam a fim de denegrir
129 a instituição com reclamações não fundamentadas. Disse que a crítica é válida, aliás, sem
130 crítica, ninguém consegue avançar em nada. Agora, uma questão é como se faz a crítica,
131 encaminha por escrito, se não tiver resultado, aí sim você tem direito a fazer a sua crítica, até
132 mesmo pública. O Conselheiro **Eduardo Pasquinelli** informou que ficou muito chateado, mas
133 sem ação na hora, porque era um evento, chamar atenção do palestrante em um evento é
134 complicado e que a convidou para participar de uma das reuniões da Comissão de Exercício
135 Profissional – CEP-CAU/ES para que os questionamentos fossem colocados e esclarecidos.
136 O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** comentou que a norma de desempenho é vasta, e que
137 se tem vários aspectos que se caso o usuário se sinta lesado, ele tem o direito de entrar na
138 justiça contra a construtora, por exemplo, e aí naturalmente a construtora vai reverberar isso
139 para toda a cadeia que está associada a ela. Dentre a cadeia, os profissionais arquitetos.
140 Então a nossa responsabilidade não está simplesmente em entregarmos um documento, um
141 projeto executivo mesmo e ali a gente simplesmente já se exige. Ela vai estar associada a

142 várias normas, de vidro, de esquadria, de vedação, de impermeabilização. Então assim, isso
143 muda de forma drástica e violenta a nossa atuação profissional. Informou que a arquiteta e
144 urbanista que ministra curso para o Sinduscon, ciente disso, levantou uma bandeira para os
145 profissionais arquitetos que trabalham com projeto, onde os mesmos devem se capacitar
146 mais, que devem documentar, porque um projeto residencial, tem que ter um dossiê de tudo
147 que baseou-se para fazer uma especificação, tal como uma espessura de parede com tantos
148 revestimentos, enfim, um documento técnico super elaborado e que se houver um problema
149 outrora, é um documento que vai ser naturalmente requisitado. Relata ainda que naturalmente
150 essa situação não vai ficar para essa gestão, acho que a discussão e a sugestão sim, claro,
151 mas a discussão em nível de CAU/BR é uma discussão mais longa, e pensa que dá tempo
152 sim dos conselheiros reunir-se em comissão a fim de discutir em plenário ou nas plenárias
153 que ainda restam até o final do ano assim como a elaboração de um documento para
154 encaminhar para o CAU/BR. O conselheiro **André Luiz** disse ter implicações profundas na
155 questão da formação profissional. Instruir o egresso academicamente considerando
156 primeiramente a questão de como devem ser as atitudes dele, documentadas, de ter acervos,
157 meios também de parcerias com profissionais de outras áreas, principalmente é claro a
158 questão da engenharia, porque já que este se põe como início do processo, determinante do
159 processo, e se for o caso até condutor da execução e da responsabilidade pela obra, quer
160 seja uma edificação institucional, quer seja comercial, quer seja residencial, a vida útil do
161 prédio, o gestor, o proprietário do momento, que pode não ser aqueles que contrataram o
162 serviço. Desta forma isso implica, a princípio, que os escritórios também, e os profissionais
163 pessoas físicas, que fazem pequenos projetos, pequenas reformas ou até projetos de médio
164 porte tenham assessoria técnica de escritórios de advocacia para se resguardar de possíveis
165 processos que venham a ocorrer na vida útil do prédio. A conselheira **Ana Paula Lyra**
166 exemplificou que ao trancar o curso e ao realizar intercambio dentre as orientações recebidas
167 foi a de fazer associações com não arquitetos a fim de interagir com os diversos setores
168 econômicos. Sugeriu ainda que o Conselho realizasse um convenio para assistência de um
169 seguro profissional, tal como é feito pelo IAB com plano de saúde. O presidente em exercício
170 **José Carlos Neves Loureiro** relatou que estas são questões importantes, principalmente em
171 se tratando da norma, o mesmo acho muito complicado transformar isso na realidade de hoje,
172 acha também que pularam de oito para 80. O Conselheiro **André Abe** disse que um dos itens
173 que chama atenção nesse tema é a responsabilidade, quem é responsável pelo que, e que
174 concluiu no final da palestra que quem vai deitar e rolar com isso são os advogados. O
175 Conselheiro **Alberto Kirchmayer** relatou que se chegar à conclusão de que se essa norma
176 inviável, ela pode ser revogada também e refeita, quer dizer, é uma norma no papel e não de
177 vida real. O conselheiro **Eduardo Barbosa** disse que não se chegou à conclusão nenhuma.

178 O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** relatou sua participação em um processo licitatório onde
179 os preços estão muito baixos o mesmo questionou e responderam que ele deveria verificar
180 com o Instituto de Obras e Projetos do Espírito Santo - IOPES sobre a tabela de preços. O
181 mesmo informou da existência de um relatório aprovado em plenária a ser encaminhado ao
182 IOPES e a gerente geral Patricia Cordeiro informou que esta é uma decisão a ser tomada pela
183 comissão e que o relatório foi realizado. O presidente em exercício **José Carlos Neves**
184 **Loureiro** disse que tudo deve ter um ponto de equilíbrio. **ITEM VII - Encerramento** - O
185 presidente em exercício **José Carlos Neves Loureiro** agradeceu a presença de todos e
186 declarou vigésima segunda Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES. Para constar, eu, **Márcia**
187 **Martins Angeli**, secretária, lavrei a presente Ata, que será assinada por todos os conselheiros
188 no exercício da titularidade, para que reproduza os efeitos legais.

Vitória, 21 de outubro de 2013.

Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Márcia Martins Angeli
Secretária dos Trabalhos

Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **André Luiz de Souza**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eduardo Pasquinelli Rocio**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eduardo Simões Barbosa**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Leandro Camatta de Assis**
Conselheiro Titular do CAU/ES